



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJR):

PARECER Nº 175, de 08 de dezembro de 2023.

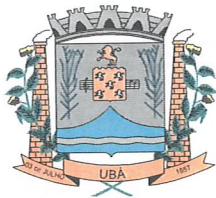
OBJETO: Projeto de Lei Complementar nº 004/2023, PROJETO DE LEI – CÓDIGO TRIBUTÁRIO – PARTICIPAÇÃO POPULAR - CONSTITUCIONALIDADE – ANÁLISE DE MÉRITO DE FACULDADE DOS EDIS”.

AUTORIA: PREFEITO EDSON TEIXEIRA FILHO

I- RELATÓRIO

Preliminarmente, ressalta-se que a presente consulta será respondida, em tese, observada a estrita legalidade, com respaldo nas informações apresentadas pelo consulente, não adentrando, por tal razão, no mérito da sua motivação, nem sequer os aspectos que não envolvem a matéria consultada. Feita essa consideração preambular, passa-se para a fundamentação jurídica com a resposta da consulta, por conseguinte.

Quanto à sua iniciativa, tem-se que por se tratar de matéria de ordem tributária – Código Tributário do Município -, entende-se que o Poder Executivo possui a competência para deflagrar o processo legislativo, eis que nesse caso a competência é concorrente conforme a Constituição Federal e a própria Lei Orgânica Municipal. Ademais o entendimento jurisprudencial esclarece pela seguinte Decisão da Primeira Turma do STF, havida no RE 1185857 AgR / SP - SÃO PAULO:



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA: AGRADO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE CONTRA LEI MUNICIPAL. INICIATIVA LEGISLATIVA. MATÉRIA TRIBUTÁRIA. CONCORRÊNCIA ENTRE PODER LEGISLATIVO E PODER EXECUTIVO. LEI QUE CONCEDE ISENÇÃO. POSSIBILIDADE AINDA QUE O TEMA VENHA A REPERCUTIR NO ORÇAMENTO MUNICIPAL. AGRADO INTERNO DESPROVIDO. (STF; RE 1185857 AgR, Relator(a): LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 20/12/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-029 DIVULG 12-02-2020 PUBLIC 13- 02- 2020)

Deflagrado o processo legislativo, destaca-se que o projeto de lei foi protocolado junto com mensagem do Poder Executivo, que salientou:

O Projeto de Lei Complementar em questão é fruto de um trabalho iniciado no ano de 2019, quando da visita do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais que dentre diversos achados, recomendou a assinatura de Tempo de Ajustamento de Gestão - TAG, que não se concretizou devido a celeridade com que o Município de Ubá adotou melhorias em seu processo tributário, desde a revisão de temas antigos até então não acompanhados até a elaboração da presente material. Por meio de nossa equipe de servidores, o tema



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

foi amplamente debatido e discutido observadas a peculiaridades do nosso Município, buscando inclusive fatores que possam garantir segurança jurídica e fiscal. Através da Lei Complementar n.º 062/2001, em vigor, diversas alterações foram realizadas ao longo dos anos, pós visita do órgão de Contas, e objetiva-se, com o presente Projeto de Lei Complementar copilar as informações, tornando-as acessíveis e claras, ao contribuinte e ao poder público. A nova legislação, se aprovada, trará um novo conceito a modernidade tributária, com a implementação de Justiça Tributária Municipal, que prevê igualdade de tratamento em diversos momentos. Outro fator importante, é que no presente estudo, o Município de Ubá tratará em lei específica do tema relacionado a Planta Genérica de Valores, uma vez que o tema além de sensível prevê uma correção que demandam revisão dos estudos técnicos já finalizados, o qual pretendemos debater em breve.

Quanto ao prisma material, trata-se de matéria tipicamente da competência do município que decorre da sua autonomia administrativa prevista no art. 30, inciso I, da Constituição Federal, afeta os interesses locais da Administração Pública.

Vale dizer que a espécie legislativa se encontra adequada, uma vez que se trata de matéria de Lei Complementar, exigindo-se o quórum de maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal para sua aprovação.

Dentro da ordem constitucional, conjuntamente com a autonomia municipal, a competência tributária municipal é um elemento essencial na sua estruturação, podendo



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

afirmar que a sua competência tributária, além dos elementos autorizativos pela Constituição da República, consiste na arrecadação de tributos para os cofres públicos, sendo resultante este poder de arrecadar da competência impositiva na Lei Maior.

A lei tributária municipal, por ordem constitucional, deve conformar-se às diretrizes traçadas pela Constituição, donde se origina a ordem tributária pátria, por certo. Deste modo, inexistente a possibilidade da criação de tributo que não esteja previsto na ordem constitucional.

In casu, verifica-se que os temas abordados pelos projetos, atendem aos quesitos constitucionais, observando o fundamento no art. 146 da Constituição da República, além da legislação tributária infraconstitucional.

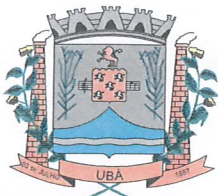
Portanto, o Projeto de Lei Complementar não padece de vícios regimentais, legais ou constitucionais e deve ser apreciado pelo Plenário da Câmara Municipal, cabendo aos Edis a sua análise e a deliberação quanto ao mérito.

Importante destacar que esta consultoria tem informação que foi debate com diversos setores da comunidade ubaense, tendo sido amplamente divulgada a tramitação do projeto, sendo facultado a todos contribuírem com o novo Código Tributário Municipal.

Noutro giro, também se ressalta que foi disponibilizado para câmara análise prévia do referido projeto, frente à Lei Complementar nº 62/2001, que até a presente data é o documento legal que rege a estrutura tributária municipal e orienta as ações do Poder Executivo.

Em suma, destacou-se:

→ Sobre as isenções, houve a mudança quanto ao rol anteriormente apresentado para isenção do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), que era taxativo. A nova legislação prevê a isenção como faculdade do Município, em seu art. 90, para os impostos do IPTU e



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

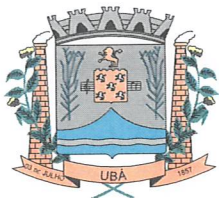
Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), no limite de 5 anos, sendo necessária, ainda, a anuência do COMDES.

Art. 87. A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.

Art. 90. O Município poderá isentar o IPTU e o ITBI, pelo período máximo de 5 (cinco) anos, empresas que assinarem protocolo de intenções com o Município nos termos de Decreto Regulamentador, com anuência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (COMDES).

(LC n. 62/2001) Art. 70 Estão isentos do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana:

- I – as agremiações esportivas municipais em efetivo funcionamento, que sejam reconhecidas por suas respectivas ligas, federações ou órgãos superiores, apenas quanto aos imóveis de sua propriedade destinados às atividades esportivas e em funcionamento efetivo;
- II – Os Sindicatos, quando reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e somente se sediados no Município, nos imóveis de sua propriedade em uso efetivo de suas atividades;
- III – Os imóveis pertencentes à sociedade civil sem fins lucrativos, destinados ao exercício de atividades culturais, sociais ou recreativas;
- IV – Os imóveis declarados de utilidade pública para fins de desapropriação, a partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do imposto em que ocorrer a emissão de posse ou a ocupação efetiva pelo poder desapropriante;



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

V – Os proprietários ou titulares do domínio de imóveis beneficiados através de respectiva lei municipal;

VI – Os imóveis tombados pelo Poder Municipal

VII - O proprietário de loteamento aprovado pela municipalidade quanto aos terrenos não alienados, nem prometidos à venda conforme o § 5º do artigo 65.

§ 1º As isenções somente serão concedidas se provocadas por requerimento do interessado, apoiado em documento de requisitos exigidos em lei, decreto ou contrato, e se requeridos no período de primeiro de julho à 31 de agosto de cada ano.

§ 2º As isenções serão concedidas pelo Prefeito Municipal através do serviço competente.

§ 3º Na hipótese de descumprimento de qualquer obrigação legal a que se tenha obrigado, o contribuinte perderá, “de ofício”, o direito a isenção concedida, devendo, no prazo de 30(trinta) dias da notificação da perda da isenção, pagar os impostos de que estivera isento.

→ Continua havendo para o ITBI, porém, um rol exemplificativo, ao art. 355, parecido com o da legislação anterior, no art. 90.

Seção VI -- Da Isenção do ITBI

Art. 355. São isentas do imposto:

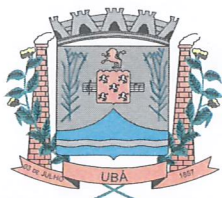
I - a extinção do usufruto, quando o seu instituidor se mantiver na nua-propriedade;

II -a transmissão de gleba urbana ou rural, de área não excedente a dois hectares, que se destine a agricultura familiar, pelo adquirente e sua família, desde que não possuam outro imóvel no município; e

III - operações de aquisição de imóveis para implantação de programas habitacionais de interesse social desenvolvidos pelo poder público ou por empresas públicas; e,

IV - operações que tenham o Município como partícipe da transação;

§1º. Para fins de comprovar a destinação a que se refere o inciso II, se o adquirente iniciar a atividade após a aquisição do imóvel, a Declaração de Aptidão ao Pronaf -- DAP --



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

deverá ser apresentada, no prazo máximo de 180 dias, a contar do deferimento da isenção de que trata este artigo, a qual terá caráter resolutivo, sob pena de lançamento tributário de ofício.

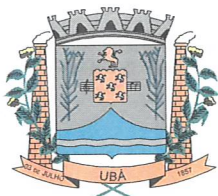
§2º. A benesse disciplinada pelo inciso II não isenta o adquirente de cumprir a legislação municipal em vigor, em especial as normativas sanitária, ambiental e de posturas.

§3º. Na aquisição de imóvel edificado ou não edificado em loteamento residencial situado em áreas de interesse social, instituída pelo plano diretor ou definida por outra lei municipal, nos termos da legislação própria, a primeira aquisição será isenta do imposto, desde que o adquirente e seu cônjuge não possuam outro imóvel.

(LC n. 62/2001) Art. 90 São isentas do imposto:

- I – a extinção do usufruto, quando o seu instituidor tenha continuado dono da sua propriedade;
- II – a transmissão dos bens ao cônjuge, em virtude da comunicação decorrentes do regime de bens de casamento;
- III – a transmissão em que o alienante seja o Poder Público;
- IV – a indenização de benfeitorias pelo proprietário ao locatário, consideradas aquelas de acordo com a lei civil;
- V – a transmissão de gleba rural de área não excedente a vinte e cinco hectares, que se destine ao cultivo pelo proprietário e sua família, não possuindo este outro imóvel no município;
- VI – a transmissão decorrente de investidura;
- VII – a transmissão decorrente da execução de planos de habitação para população de baixa renda, patrocinado ou executado por órgãos públicos ou seus agentes;
- VIII – as transferências de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

→ Previu a possibilidade de o município fiscalizar e recolher o Imposto Territorial Rural. Trata-se de medida benéfica, uma vez que o município poderá avaliar se compensa realizar a cobrança do imposto de forma completa. Recomendo fazer um pedido de informação para saber se o executivo fez algum estudo preliminar para saber qual seria o crescimento da arrecadação com a implementação da fiscalização e recolhimento do ITR.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 99. O art. 153, §4º, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, determina que o imposto sobre a propriedade territorial rural -- ITR, será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que isso não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal, sendo que, de acordo com o inciso II do art. 158 da Lei Magna, pertencem aos Municípios 50% do produto da arrecadação do ITR, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, §4º, inciso III.

Parágrafo único. Ocorrendo a opção, o Município regulamentará as atividades de fiscalização através de decreto municipal.

→ Especificou, no Título III do Livro II, os termos da contribuição de iluminação pública, indicando sujeito ativo e passivo e demais aspectos.

Art. 335. A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública CIP, prevista no Art. 149-A, da Constituição Federal, 6 devida para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Município de Ubá.

(...)

Art. 336. O sujeito passivo da obrigação tributária é o mesmo responsável pelo recolhimento do IPTU (...)

Art. 337. A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública será calculada nos termos da legislação vigente. (...)

→ Extinguiu a isenção da taxa de fiscalização sanitária prevista pelo art. 183-A da LC nº 62/2001.

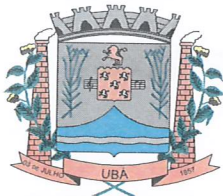
(LC n. 62/2001) Art. 183-A. São isentas da taxa as associações, fundações, entidades de caráter beneficente, filantrópico, caritativo ou religioso que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

→ **Previu o Conselho Municipal de Contribuintes**

TÍTULO V

DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Capítulo I -- Disposições Gerais



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 188. O Conselho Municipal de Contribuintes, órgão administrativo colegiado, imparcial, com autonomia decisória, com a competência de julgar, em segundo instância, os recursos voluntários interpostos pelos contribuintes do município, contra atos ou decisões administrativas em processos tributários, inclusive em reexame necessário, praticados pela autoridade administrativa de primeira instância, por forma de suas atribuições. (...)

(...)

§ 4º. O Conselho de Contribuintes exercerá as seguintes funções: (...)

Art. 189. O Conselho Municipal de Contribuintes, de composição paritária, será composto por 5 (cinco) membros, sendo um Presidente, o qual obrigatoriamente sega o representante do cargo máximo da Secretaria Municipal de Finanças, um representante do Poder Executivo Municipal, um Procurador do Município de carreira, e dois representantes dos contribuintes, sendo formado: (...)

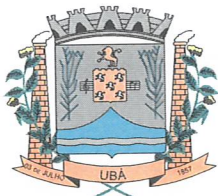
Essa mudança é positiva porque permite ao contribuinte o exercício do direito de duplo grau de jurisdição já na instância municipal. Também traz caráter mais democrático, dada sua composição por membros e representantes da sociedade civil, o que também gera maior legitimidade nas decisões.

→ Discriminou as alíquotas do IPTU pelo valor venal do imóvel, enquanto a legislação pretérita não alterava a alíquota em função do valor do imóvel.

Art. 370. O imposto calcula-se a alíquota:

I - Imóveis residenciais cujo valor venal seja:

(...)



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

II - Imóveis Comerciais cujo valor venal seja:

(...)

III - Imóveis Industrias cujo valor venal seja:

(...)

(LC n. 62/2001) Art. 63. O imposto calcula-se à alíquota:

I - de 0,5% (meio por cento) sobre o valor venal do imóvel, quando se tratar de imóvel construído;

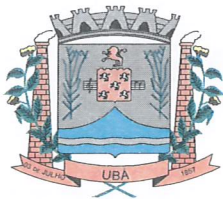
II - de 0,5% (meio por cento) sobre o valor venal do imóvel, quando se tratar de imóvel sem construção, desde que o mesmo esteja cercado ou murado e que tenha horta e ou pomar, mata nativa e ou mata reflorestada em, pelo menos, 20% (vinte por cento) da área total;

III - de 0,5% (meio por cento) sobre o valor venal do imóvel, quando se tratar de imóvel sem construção desde que o mesmo tenha, pelo menos, 01 (um) árvore de manga ubá, produzindo;

IV - 1,0% (um por cento) sobre o valor venal do imóvel, quando se tratar de imóvel sem construção, desde que o imóvel esteja cercado ou murado e limpo;

V - 1,25% (um vírgula vinte e cinco por cento) sobre o valor venal do imóvel, quando se tratar de imóvel sem construção, sem cerca ou muro, desde que o imóvel esteja limpo;

VI - 1,5% (um vírgula cinco por cento) sobre o valor venal do imóvel, quando se tratar de imóvel sem construção, sem cerca ou muro, se o imóvel estiver sujo. Parágrafo Único. A comprovação de enquadramento nas situações previstas neste artigo compete ao contribuinte, na forma prevista em regulamento.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

→ Alterou os valores das alíquotas de IPTU e extinguiu a hipótese de desconto por plantação e manutenção de manga ubá.

(LC n. 62/2001) Art. 63. O imposto calcula-se à alíquota:

(...)

III - de 0,5% (meio por cento) sobre o valor venal do imóvel, quando se tratar de imóvel sem construção desde que o mesmo tenha, pelo menos, 01 (um) árvore de manga ubá, produzindo; (...)

→ Extinguiu as especificações sobre preços para utilização de bens públicos e preços pela prestação de serviços não compulsórios.

(LC n. 62/2001) Art. 5º Pela utilização econômica de bens públicos por particulares, serão cobrados preços públicos, fixados pela administração, a serem utilizados para as finalidades expressas no art. 1º.

(LC n. 62/2001) Art. 7º Quando o Município prestar serviços não compulsórios às pessoas físicas e jurídicas, estas deverão pagar os preços estabelecidos.

→ Extinguiu a amortização da multa em 30% para o caso de impugnação tempestiva do lançamento.

(LC n. 62/2001) Art. 42 Quando houver autuação e lançamento de ofício, a multa será de 75% (setenta e cinco por cento), sem prejuízo dos juros de mora. § 2º Se houver impugnação tempestiva, a redução será de 30% (trinta por cento) da multa de lançamento de ofício, se o pagamento do débito for efetuado dentro de trinta dias da ciência da decisão de primeira instância.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

→ Criou o regime especial de fiscalização.

Capítulo II - Fiscalização

Seção II - Da Sujeição ao Regime Especial de Fiscalização

Art. 107. O contribuinte que houver cometido infração punida com multa superior a 100 (cem) UFEMG's (Unidade Fiscal do Estado de Minas Gerais), ou que tiver sido suspense ou cancelada a isenção ou a licença, ou ainda quando se recusar a fornecer ao Fisco os esclarecimentos, por ele solicitados, poderá ser submetido ao regime especial de fiscalização.

(...)

Art. 111. O regime especial de fiscalização de que trata esta seção poderá ser regulamentado em decreto. Art. 112. O regime especial consistirá no acompanhamento de suas atividades por agentes do Fisco, por prazo não inferior a 10 (dez) dias, nem superior a 60 (sessenta) dias.

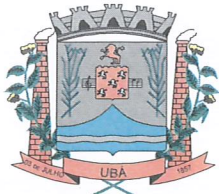
→ Reduziu o prazo para apresentação de recurso de 30 para 15 dias.

Art. 56. A impugnação contra o lançamento terá efeito suspensivo da cobrança dos tributos lançados.

§1º. Proferida a decisão sobre a impugnação a favor da Fazenda Pública, terá o contribuinte o prazo de 15 (quinze) dias para pagamento do débito resultante, ou apresentar o competente recurso.

→ Criou a descrição da possibilidade de consulta e suas regras.

Capítulo VI - Da Consultas



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 155. Ao contribuinte é assegurado o direito de formular consulta a respeito de interpretação da legislação tributária municipal, mediante petição dirigida à Fazenda Pública, desde que protocolada antes da ação fiscal, expondo minuciosamente, os fatos concretos a que visa atingir e os dispositivos legais aplicáveis à espécie, instruindo-a, se necessário, com documentos.

→ Transformou a Taxa de Licença e Fiscalização de Obras, Arruamentos e Loteamentos e Urbanização de áreas Particulares em taxa de licença e fiscalização de obras de áreas particulares.

Art. 228. São taxas decorrentes do poder de polícia:

(...)

III - taxa de licença e fiscalização de obras de áreas particulares; (...)

→ Incluiu a taxa do serviço de inspeção municipal – SIM.

Art. 228. São taxas decorrentes do poder de polícia:

(...) VII- taxa do serviço de inspeção municipal – SIM.

(...)

Seção VIII - Da Taxa do Serviço de Inspeção Municipal -- SIM

Subseção 1 - Fato Gerador e Incidência

Art. 287. A Taxa SIM tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia do Município, consistente na prévia inspeção e fiscalização sanitária dos produtos de origem animal e vegetal, produzidos no município de Ubá e destinados ao consumo, nos limites de sua área geográfica, com a realização de registro, diligências, exames, vistorias,



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

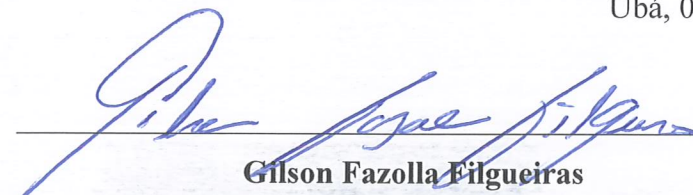
autorizações e outros atos administrativos, de competência do Serviço de Inspeção Municipal -- SIM.

Posto isso, verifica-se que o projeto tramita de forma adequada pelo espectro legislativo e constitucional, sendo a modernização do Código Tributário importante fator para o crescimento, regulação e estruturação municipal.

II- CONCLUSÃO

Ex positis, pela indagação realizada, verifica-se que o projeto de lei de autoria do Poder Executivo que “dispõe sobre a legislação tributária no município de Ubá - Código Tributário Municipal, e dá outras providências”, apresenta-se constitucional e passível de ser levado à plenário.

Ubá, 08 de dezembro de 2023.



Gilson Fazolla Filgueiras
RELATOR

MANIFESTAÇÃO DO(A) RELATOR(A):

☐

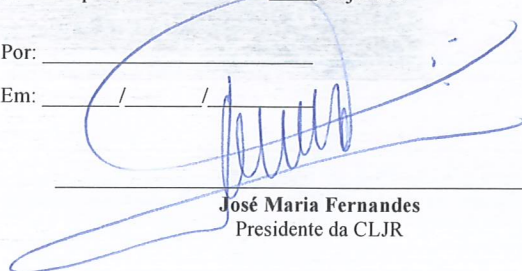
Aprovado

☐

Rejeitado

Por: _____

Em: ____/____/____



José Maria Fernandes
Presidente da CLJR